A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL

Simon Schwartzman
Elizabeth Balbachevsky

Versão preliminar em língua portuguesa de "The Academic Profession in Brazil" in Phillip G. Altbach, ed., *The International Academic Profession: Portraits from 14 Countries.* Princeton, NY: Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, 1997

Sumário:

1 Academia, profissões, ofícios e sindicatos 1
2 Os professores universitários no Brasil: regiões, instituições, qualificação e dedicação. 6
3 Titulação e carreira acadêmica 11
4 Origens sociais. 13
5 Padrões de carreira 14
6 O trabalho acadêmico: o ensino. 17
7 A pesquisa 18
8 Extensão 20
9 Participação associativa 20
10 Conclusão: a profissionalização imperfeita 22

A PROFISSÃO ACADÊMICA NO BRASIL

1 Academia, profissões, ofícios e sindicatos.

O impacto da reforma de 1968 sobre o sistema de ensino superior brasileiro tem sido objeto de muitos estudos, que realçam, entre outros aspectos, as mudanças nas estruturas organizacionais das universidades, com a criação de institutos e departamentos, o estabelecimento da pós-graduação e da pesquisa, os contrastes entre o modelo de ensino-pesquisa das universidades e a proliferação de escolas

isoladas de baixa qualidade. Todavia, uma das facetas menos estudadas dos efeitos da reforma diz respeito à criação de uma "profissão acadêmica" no Brasil.

Se no início dos anos sessenta apenas algumas centenas de pessoas no Brasil tinham no ensino superior sua identidade profissional, hoje este número alcança a casa das dezenas de milhares, que em seu conjunto se constituem em um novo ator social de grande importância, responsável pela grande maioria dos movimentos sociais e políticos que têm afetado as instituições de ensino superior no Brasil nas últimas décadas. Espalhados por todo o Brasil, vivendo condições as mais variadas, é do desempenho e da motivação deste contingente de profissionais que depende o destino da universidade brasileira, e, mais amplamente, do sistema educacional do país como um todo. Como são estes professores? Que fazem? Que perspectivas têm sobre seu trabalho, sua vida profissional, seus alunos, suas pesquisas? Quais as diferenças que existem entre professores de instituições públicas e privadas, universitárias ou não, do Nordeste e do Sudeste, em tempo integral ou parcial, dedicados ou não ao trabalho de pesquisa? Que semelhanças têm, e que diferenças, com seus colegas de outros países da América Latina, da Ásia e da Europa? Em que medida pode-se dizer que os professores universitários brasileiros constituem hoje uma "profissão", e que conseqüências isto tem?

O Novo Dicionário Aurélio define profissão como "atividade ou ocupação especializada, da qual se podem tirar os meios de subsistência; ofício". Ele dá, também, o conceito de "profissão liberal", como "profissão caracterizada pela inexistência de qualquer vinculação hierárquica e pelo exercício predominantemente técnico e intelectual de conhecimentos". Nos dois casos, está implícita a idéia de que os membros de uma profissão possuem conhecimentos específicos que definem sua identidade e posição na estrutura social, e lhes dá uma certa capacidade de regular, com autonomia, coisas como os critérios de competência para o exercício profissional, regras de certificação e acesso, e níveis de remuneração que a sociedade deve pagar por seus serviços.

Estes dois conceitos contrastam, por outro lado, os ofícios técnicos, adquiridos pelo aprendizado no trabalho ou em escolas especializadas, e as profissões acadêmicas, de cunho fortemente intelectual, e baseadas em estudos e credenciais universitários. Se nos tempos das guildas e corporações medievais os ofícios conseguiam regular com bastante sucesso suas atividades e seu relacionamento com o resto da sociedade, com o tempo este privilégio passou a se concentrar nas atividades de cunho universitário como a medicina e o direito, onde o uso do latim garantia que o comum mortal não poderia senão acatar e respeitar o que lhe diziam e

faziam os doutores, a quem recorriam nos momentos de necessidade. A literatura especializada atual tende a reservar o termo "profissão" para esta última categoria, ressaltando o conteúdo intelectual e, sobretudo, os mecanismos de auto-controle e regulação das profissões universitárias. Em uma visão positiva, os processos de profissionalização constumam ser entendidos como instrumentos de preservação e desenvolvimento de tradições profissionais e técnicas, de estímulo à criatividade e à competência, controle do charlatanismo, e proteção do estilo de vida dos profissionais. Em uma ótica negativa, as profissões surgem como monopólios odiosos do exercício de determinadas profissões, cerceamento à difusão e livre acesso aos conhecimentos, tolhimento da liberdade e criatividade individual, e imposição de custos extorsivos à população.

A ausência de "vinculação hierárquica" de que nos fala Aurélio pertence muito mais à ideologia do que à realidade das profissões liberais, ou universitárias, contemporâneas. O modelo que vem à mente é o do médico em seu consultório lidando com seus pacientes, ou o advogado contratando livremente a defesa de seus clientes. Ao lado do médico, no entanto, sempre existiram os hospitais com seus chefes de enfermaria e diretores de clínica, e o sistema judiciário, em toda parte, se organiza por hierarquias bem definidas. Além disto, as universidades onde médicos e engenheiros se formam, quanto melhores são, mais definem suas hierarquias internas de competência e autoridade intelectual, que cabe aos novos reconhecer e galgar. Hoje, a medicina se organiza em grandes serviços públicos, clínicas e complexos hospitalares, restando pouco espaço para o médico "liberal". O mesmo raciocínio se aplica às demais profissões, tanto as mais tradicionais em nosso meio, como a engenharia e a advocacia, como a um grande número de "novas profissões" que surgiram nas últimas décadas procurando emular, sempre que possível, o prestígio e o reconhecimento social das antigas profissões liberais. Na medida em que os profissionais liberais perdem autonomia e se transformam em empregados de grandes organizações, eles assumem algumas das características das antigas corporações de ofício, que se transformaram, aos poucos, nos modernos sindicatos. Enquanto que o profissional liberal era um individualista, que se fazia valer pela afirmação de sua competência (e zelava, coletivamente, por este princípio), o sindicalista é um igualitário, que se faz valer sobretudo pela solidariedade do grupo, e pela sua capacidade de defender, coletivamente, os interesses do conjunto. Houve quem sustentasse que este processo de "proletarização" das profissões é inevitável, apontando para uma sociedade cada vez mais massificada e polarizada entre trabalhadores e patrões. Não é isto, no entanto, que a história recente tem mostrado. O mundo hoje é menos sindicalizado do que no passado, as identidades coletivas perdem lugar para a reafirmação do pluralismo e da diferenciação, e a competência

volta a se fazer valer em todas as áreas, ainda que distante do modelo clássico de organização das profissões liberais.

São estes, pois, os temas que subjacem à discussão contemporânea sobre profissões, e que nossa análise sobre a profissão acadêmica deve refletir. Do ponto de vista empírico, verificar se estamos, realmente, diante de um novo processo de profissionalização, e como ele se situa ao longo dos polos extremos das corporações e sindicatos de ofício e das profissões liberais. E, do ponto de vista mais interpretativo, examinar em que medida este processo de profissionalização tem permitido, sejam os resultados positivos, sejam os resultados negativos que costumam acompanhá-lo.

A idéia de uma "profissão acadêmica" é relativamente nova, e decorre do surgimento das modernas universidades de massa, com seus milhares de professores, que fazem do trabalho universitário sua identidade mais central[1]. Na universidade brasileira, até recentemente, os professores se identificavam com suas profissões de origem - médicos, advogados, engenheiros, arquitetos - e o título de professor significava sobretudo um galardão adicional a uma carreira profissional bem sucedida. Esta identidade profissional dos professores universitários contrastava com a dos professores do ensino secundário e básico, cuja eventual identidade disciplinar (professor de geografia, português, história, matemática) perdia importância em relação ao trabalho de ensinar e ao tipo de vínculo profissional que ele representava.

A massificação do ensino superior fez com que se acrescentasse, ao professor tradicional das escolas profissionais, pelo menos três tipos diferentes de profissionais. O primeiro, minoritário mas encarnando o ideal de uma universidade reformada e progressista, era o professor pesquisador e cientista, intelectualmente bem formado, gerador de conhecimentos novos, e capacitado para transmitir aos estudantes o segredo do conhecimento criativo, independente e crítico. Para este

---

[1]Um panorama geral pode ser visto nos trabalhos reunidos em Burton R. Clark, editor, *The Academic Profession: National, Disciplinary & Institucional Settings,* University of California Press, 1987. O livro inclui capítulos sobre a profissão acadêmica no Reino Unido, Alemanha, França e Estados Unido e trabalhos sobre os contextos institucional e disciplinar da profissão acadêmica em diversos países.

grupo, a identidade profissional passa por suas áreas de competência e especialização, mas sobretudo pela identificação com uma ética de trabalho baseada na competência individual e na liberdade de escolha de seus temas de ensino, pesquisa e reflexão, um estilo que ficou conhecido, precisamente, como "acadêmico". Ainda que trabalhando em grandes organizações universitárias, e dependendo de recursos públicos para suas atividades, o acadêmico é um individualista empedernido, só reconhece as hierarquias do saber, e procura criar um espaço em que esta liberdade e individualidade se preservem. O individualismo do acadêmico não pode ser confundido com egocentrismo, ou falta de preocupação com a sociedade e seus semelhantes. Ainda que isto dependa, evidentemente, do tempo e da personalidade de cada um, o acadêmico tem, freqüentemente, um sentido profundo de missão, que se manifesta no trabalho institucional, na militância política, no trabalho de escritor, ou no envolvimento em grandes causas de interesse social. Mas ele não é, quase nunca, o "intelectual orgânico", disciplinado e dominado pela inércia das instituições e organizações das quais participa.

O outro extremo é formado por uma nova variedade do antigo professor da escola secundária. No sistemas europeus que o Brasil procurou imitar, a escola secundária encarnava o momento da formação básica e humanística, da transmissão da língua, da cultura e das habilidades da inteligência, com o que os jovens depois se dirigiriam para a formação prática e profissional das escolas superiores. A profissão de professor vinha muitas vezes imbuída destes valores educacionais e culturais, que estiveram presentes nos principais colégios públicos e religiosos das grandes cidades brasileiras até os anos 50 e 60, e que ainda sobrevivem em algumas partes. Ao expandirem e aumentarem de prestígio, no entanto, as universidades retiraram do ensino secundário seus melhores talentos, deixando nele a velha geração, que não fez a transição para o novo sistema, ou pessoas que ficaram à sua margem. A expansão do ensino básico e secundário trouxe às escolas novas gerações de estudantes, menos predispostos à cultura da educação tradicional do que os filhos das elites de anos atrás, e entregues a professores menos qualificados e motivados. É este professor pouco valorizado e motivado, obrigado a multiplicar suas aulas para garantir um salário ao final do mês, ou fazendo do ensino um "bico" sem maior relevância, que vai ocupar aos poucos a periferia do ensino superior em expansão, as escolas isoladas e privadas, na maioria noturna, sobretudo nas áreas de administração e ciências sociais, e muitas delas resultado de transformações e expansões de antigas escolas secundárias. É difícil falar neste professorado como fazendo parte de uma "profissão", a não ser no sentido estatístico do termo. Não existem padrões profissionais definidos, identidades sociais construídas para dentro e para fora, conhecimentos específicos e estilos de trabalho próprios.

O terceiro grupo, intermediário, é formado pelo professor universitário que consegue um lugar estável e de tempo integral em uma universidade pública, mas não tem as condições de formação e desempenho profissional do primeiro grupo. É possível imaginar que seus valores, e sua ideologia de trabalho, sejam os acadêmicos; sua prática, inevitavelmente, será diferente. Ainda que detentor de um diploma universitário, sua subsistência e sua identidade profissional não passa pelo trabalho em sua área de especialização, nem pela atuação como intelectual ou pesquisador individual e autônomo, mas sim como membro da instituição ou categoria a que pertence, do grupo de iguais com quem convive no dia a dia, e com os quais comparte os problemas, os sucessos, e sobretudo a rotina de cada dia. É neste grupo intermediário que se coloca, de maneira mais clara, os dilemas e problemas centrais dos processos de profissionalização: as tensões entre os ideais do sindicato de ofício e das profissões liberais, a busca da autonomia como afirmação de valores e o entrincheiramento, e, sobretudo, os espaços abertos ou fechados para o crescimento intelectual, o desenvolvimento da competência e o fortalecimento do sentido de missão.

2 Os professores universitários no Brasil: regiões, instituições, qualificação e dedicação.

Este texto tem por objetivo começar a discussão desta questão, ao apresentar os primeiros resultados de uma pesquisa sobre a profissão acadêmica no Brasil, realizada em 1992 como parte de um estudo internacional comparado[2]. O ponto de partida para a amostra deste estudo foram os dados coletados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura do Ministério da Educação para o ano de 1989, reprocessados pelo Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior da Universidade de São Paulo. O Ministério registrava, naquele ano, cerca de 140 mil professores de ensino superior (dos quais 128 mil em atividade), fortemente concentrados na região sudeste do país (quadro 1). Ainda neste quadro, podemos obter uma primeira aproximação do contexto institucional em que estes profissionais exerciam as suas atividades: 32,6% em universidades federais, 14,5% em universidades estaduais, 17,8% em universidades privadas, e mais 27,1% estabelecimentos isolados e privados.

[2]O estudo é coordenado pela Carnegie Foundation for the Advancement of Teaching, Princeton, New Jersey, e tem a participação de cerca de 15 países, entre os quais o México, Chile, Alemanha, Israel, Rússia, Egito e Estados Unidos.

Quadro 1 - Distribuição dos docentes do ensino superior por região e tipo de instituição (%)

Região		Tipo de instituição	
Norte	3.1	Universidade Federal	32.6
Nordeste	17.2	Universidade Estadual	14.5
Sudeste	55.2	Universidade Municial	0.9
Sul	18.5	Universidade Particular	17.8
C. Oeste	6.0	Isoladas Públicas	7.1
		Escolas Particulares	27.1
Total	100.0		100.0

A estas diferenças regionais e institucionais correspondem profundas diferenças nas condições de trabalho e na qualificação dos professores. Por um lado, professores em tempo integral, bem qualificados, com possibilidades de aperfeiçoamento acadêmico, e carga didática relativamente leve; por outro, professores com pouca qualificação e sem apoio institucional para se desenvolver, em tempo parcial e com grande carga didática. No meio, situações contraditórias, como instituições com muitos professores de tempo integral e pouca qualificação. A tabela 1[3] apresenta alguns indicadores desta variedade de situações, por tipo de dependência administrativa, região e instituição. As universidades federais e estaduais, que concentram um número relativamente pequeno de instituições e alunos, são as que possuem mais professores de tempo integral, menos estudantes por professor, mais funcionários por professor, e mais oportunidades de aperfeiçoamento; estas diferenças ocorrem também quando comparamos universidades e instituições não universitárias (que incluem escolas isoladas e federações de estabelecimentos, em sua grande maioria privadas). Não existem, no entanto, maiores diferenças regionais, a não ser em relação ao regime de tempo integral, que predomina mais no Norte e no Nordeste do que no resto do país; e isto se explica pelo número relativamente menor de estabelecimentos particulares naquelas regiões.

[3]Estas tabelas não estão incluídas nesta versão.

Quadro 2 .Nível educacional dos professores universitários em atividade, por dependência administrativa					
	Federal	**Estadual**	**Municipal**	**Privada**	**Total**
sem graduação	0.40%	0.10%	0.10%	0.30%	0.30%
graduação	29.3	33.7	40.5	37.1	34
especialização	23.4	17.7	47.8	42.9	32
mestrado	30.4	21.8	8.9	14.5	21
doutorado	16.5	26.6	2.8	5.1	12.7
total	43.397	22.556	4.142	57.934	128.029

Fonte: Ministério da Educação, SEEC, 1989.

Os quadros 2 e 3 mostram a distribuição da qualificação acadêmica dos professores universitários brasileiros conforme a dependência administrativa, tipo de instituição e região. No total, menos de 13% dos professores têm nível de doutorado, que teoricamente deveria ser o requisito mínimo para o ingresso na carreira docente superior.

Quadro 3. Pessoal acadêmico com mestrado ou doutorado completos, por dependência administrativa, região e tipo de instituição.

Dependência Administrativa	**Percentagens**
Federal	46.9
Estadual	48.5
Municipal	11.7
Particular	19.6
Tipo de Instituição	
Universidade	42.5
Não Universidasde	17.4
Região	
Norte	26.9
Nordeste	29.8
Sudeste	37.8
Sul	27.3
Centro Oeste	19.1
Total	33.7

Enquanto que as instituições federais e estaduais têm pouco menos de 50% de seu pessoal com titulação de mestre ou de doutor, no setor privado ela é inferior a 20%. O que predomina nestas instituições são os títulos de especialização, que variam enormemente de qualidade, e que não chegam a compensar pela falta de

mestrados e doutorados formais. As diferenças entre instituições universitárias e não universitárias são as que se poderia esperar, com as primeiras concentrando a maior quantidade de pessoal qualificado; e, em termos regionais, o centro sul apresenta a maior concentração de pessoal qualificado, apesar de a percentagem de professores em tempo integral nesta região ser a menor.

Os dados mostram que, nas universidades brasileiras, o emprego em tempo integral (não fazemos, aqui, a distinção entre o regime de tempo integral e o de dedicação exclusiva) e a titulação dos professores são características relativamente independentes. Ainda que seja verdade que instituições com menos professores em tempo integral tendam a ter também professores menos titulados, a recíproca não é verdadeira. Um número bastante significativo de professores trabalha em instituições com um grande número de pessoal em tempo integral, mas poucas pessoas qualificadas. Se combinarmos estas duas dimensões, poderemos construir uma tipologia bastante sugestiva das instituições de ensino superior no Brasil, quanto a seu professorado (quadro 4).

Em um extremo (grupo I) temos as instituições que quase não têm professores de tempo integral (menos de 10%) nem professores com mestrado ou doutorado (menos de 7%). Ao todo, 32% dos professores universitários brasileiros trabalham em instituições como estas, aonde, podemos supor, a profissão acadêmica aparece despida de dois de seus principais atributos, que são a formação de alto nível e uma carreira estável e vinculada suas qualificações.

No outro extremo (grupo IV), encontramos instituições que fazem do regime de dedicação integral a regra (mais de 50% dos professores) e que apresentam uma qualificação razoável de seu corpo acadêmico para as atividades de pesquisa (mais de 20% com doutorado). Aqui deveríamos poder encontrar a profissão acadêmica no seu sentido estrito. Estas instituições ocupam 17.9% dos docentes ligados ao ensino superior no Brasil, e é representada sobretudo pelas universidades estaduais paulistas.

Um terceiro tipo é formado pelas instituições que combinam regime de dedicação integral e baixa qualificação ou média qualificação acadêmica dos professores (grupos II e III). Nestas instituições a carreira acadêmica perde uma de suas características fundamentais, ou seja, seu caráter meritocrático, mantendo, no entanto, a da estabilidade no trabalho; ela se assemelha a uma carreira funcional ou administrativa, onde a ascensão é determinada por critérios outros que não os de de-

sempenho acadêmico. Do total, 33,6% dos professores trabalham em instituições deste tipo.

Quadro 4. Distribuição dos professores de ensino superior brasileiros, conforme o tipo de instituição (total e % de professores em cada cela).

Instituições conforme a % de professores com doutorado		**menos de 10%**	**de 10 a 50%**	**mais de 50%**	**Total**
		Grupo I		**Grupo II**	
menos de 7%	total	45,135	11,023	18,103	74,261
	percentagem	32.0%	7.8%	12.8%	52.6%
				Grupo III	
entre 7 e 20%	total	7,812	1,685	29,325	38,822
	percentagem	5.5%	1.2%	20.8%	27.5%
				Grupo IV	
mais de 20%	total	274	2,332	25,207	27,813
	percentagem	0.2%	1.7%	17.9%	19.8%
Total	total	53,221	15,040	72,635	140,896
	percentagem	37.7%	10.7%	51.5%	100.0%

Os demais grupos apresentam concentrações relativamente pequenas de professores. Existem algumas poucas instituições de professores academicamente qualificados mas sem dedicação integral; são, freqüentemente, instituições privadas que se valem de professores qualificados de instituições públicas; e instituições com níveis médios de dedicação exclusiva, mas pouca qualificação, que parece ser um padrão de várias universidades estaduais fora do sistema paulista.

A amostra elaborada para esta pesquisa buscou cobrir esta variedade de situações, e também alguma variedade regional, tratando de dar maior representatividade a instituições academicamente mais consolidadas. Foram entrevistados 964 professores em 19 instituições, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Mato Grosso do Sul. O quadro 5 dá a distribuição dos professores entrevistados conforme a classificação das instituições do universo, com algumas alterações nos pontos de corte.

Quadro 5. Amostra de professores de ensino superior brasileiros, conforme o tipo de instituição.			
	instituições conforme a % de professores em tempo integral		
instituições conforme a % de professores sem titulação	pouco tempo integral: menos de 30% dos professores	tempo integral médio: de 30 a 53%	muito tempo integral: mais de 70% dos professores
baixa titulação: mais de 40% sem mestrado	246 professores em 7 instituições	18 professores em 1 instituição	89 professores em 3 instituições
titulação média: entre 28 e 39% sem mestrado	----	50 professores em 1 instituição	386 professores em 4 instituições
titulação alta: menos de 22% sem mestrado	----	58 professores em 2 instituições	149 professores em 1 instituição

3 Titulação e carreira acadêmica

O estreito relacionamento entre titulação e carreira é o principal suposto da institucionalização da carreira acadêmica. Os dados estatísticos do Ministério da Educação mostram que esta relação nem sempre existe, e a pesquisa permite aprofundar mais o conhecimento desta questão.

A amostra sobre-representou, intencionalmente, as instituições academicamente mais consolidadas, e por isto a percentagem de doutores encontrada foi aproximadamente o dobro da que de fato existe. A tabela II confirma que a profissão acadêmica brasileira tem somente uma minoria de doutores, e que é no Estado de São Paulo que eles se concentram em maior número. Se tomamos em conta o tipo de instituição, observamos as grandes diferenças que existem entre a universidade pública paulista, as universidades federais e as demais instituições. Parece claro, por esta tabela, que a qualificação típica obtida pelo professor no sistema paulista é o doutorado; no sistema federal é, o mestrado; nas universidades estaduais não paulistas, a especialização; e, no sistema privado, o simples diploma de graduação. A tabela II inclui ainda uma categoria de "professor adjunto ou titular", que pode expressar tanto um título acadêmico quanto uma posição funcional. No sistema público paulista, esta categoria significa necessariamente um título prévio de livre-docência e doutoramento, o que não ocorre, no entanto, nas demais instâncias.

A tabela III mostra algumas características gerais dos professores universitários, em termos de seus vínculos empregatícios e onde obtiveram sua qualificação mais alta. Existe uma certa associação entre qualificação e posição acadêmica - 52,5% dos doutores são professores titulares ou adjuntos, comparados com 41,3% dos mestres e 18,8% dos que só têm graduação. No entanto, o número de pessoas com alta posição institucional e baixa qualificação acadêmica é muito grande, o que mostra que o princípio do mérito não funciona plenamente no ensino superior brasileiro. A existência de 50,6% de professores nas duas posições mais altas da carreira universitária mostra que o sistema já atingiu um nível bastante alto de saturação nas possibilidades de promoção funcional, que se deu antes que a qualificação dos professores se completasse.

A segunda informação significativa da tabela III é o tempo de dedicação ao trabalho dos professores. A grande maioria dos doutores e mestres trabalha em regime de tempo integral, como seria de se esperar. No entanto, 27,9% dos que só têm graduação, e 39% dos que só têm especialização, também trabalham em tempo integral. A tabela III mostra ainda que, apesar da existência de inúmeros doutorados nas universidades brasileiras, cerca de 30% dos títulos de doutor são obtidos nos países do "primeiro mundo" (sobretudo Estados Unidos, França e Inglaterra).

Quadro 6. Percentagem de professores com contrato permanente e estável, por tipo de instituição e tiotulação acadêmica.

	Universidade Paulista	Universidades estaduais	universidades federais	instituições privadas	Total
Graduação	30.8%	60.9%	95.2%	16.0%	47.2%
Especialização	40.0%	77.5%	97.1%	24.3%	63.4%
Mestrado	32.0%	82.4%	95.8%	26.9%	70.4%
Doutorado	64.3%	62.5%	93.6%	29.4%	71.8%
Titular	85.5%	100.0%	96.3%	50.0%	82.9%
Total	59.1%	74.5%	95.5%	24.0%	65.5%
(N)	149	106	396	287	938

Uma última informação importante sobre a profissão acadêmica no Brasil é dada pelo quadro 6, que mostra a percentagem de professores com estabilidade no trabalho, por tipo de instituição e nível acadêmico. Chama a atenção, nas universidades públicas, o grande número de professores estáveis, independentemente de sua titulação acadêmica. Na universidade paulista (como também, em nível bem mais baixo, nos estabelecimentos privados) existe uma relação clara entre estabilidade funcional e qualificação, ainda que exista uma proporção significativa de pessoas estáveis com baixa titulação. As universidades estaduais apresentam níveis altos de tempo integral sem associação definida com títulos acadêmicos, enquanto

que o sistema federal mostra índices de quase 100% de tempo integral, em todos os níveis de formação.

Em síntese, os dados confirmam a divisão da profissão acadêmica brasileira nos três grupos indicados anteriormente: em um extremo, um número relativamente pequeno de doutores, freqüentemente com estudos no exterior, trabalhando em tempo integral e concentrados principalmente em universidades paulistas e, em menor proporção, nas universidades federais; segundo, professores com títulos de mestrado e especialização, trabalhando nas universidades federais e estaduais em tempo integral, e ocupando muitas vezes posições elevadas na carreira acadêmica; e, finalmente, professores sem especialização, trabalhando em tempo parcial em instituições privadas. A coexistência destes grupos, e a relação relativamente débil entre posição funcional, tempo integral e qualificação acadêmica, mostram que houve uma evolução relativa no sentido da institucionalização de uma profissão acadêmica no Brasil, mas esta institucionalização parece ter se dado de forma distorcida e incompleta. O grau extraordinário de estabilidade alcançada pelos professores do sistema federal, quando associado ao nível relativamente baixo de qualificação de seus professores, é uma indicação de esclerosamento precoce do sistema, que merece preocupação.

4 Origens sociais.

O surgimento e institucionalização de profissões é geralmente ligado a processos de mobilidade e ascensão de determinados grupos na sociedade, e isto vale também para a profissão acadêmica no Brasil. As tabelas IV e V e quadro 7 apresentam os principais dados a respeito. Cerca de 40% dos professores são mulheres, um dado importante se pensamos que, até a década de 60, era pequeno o número de mulheres que seguiam cursos superiores. Um terço dos professores vêm de famílias cujos pais possuíam educação superior, mas os pais de outro terço chegaram no máximo ao quarto ano da antiga escola primária.

As diferenças por sexo correspondem, em parte, às diferenças de idade e de "status" - mais de 80% dos professores titulares, mais velhos, são homens, contra 60% dos adjuntos e associados, e 55% dos assistentes, mais jovens. As mulheres não somente são mais jovens do que os homens na amostra, como que iniciam sua atividade acadêmica quase dois anos mais cedo. Elas tendem a permanecer, preponderantemente, no nível do mestrado, enquanto que o doutorado tem forte predomínio de homens; dedicam-se proporcionalmente mais ao trabalho de tempo integral do que os homens; e ganham significativamente menos (quadro 7). Em

termos de áreas de conhecimento, as mulheres se concentram fortemente na área de humanidades e de educação, enquanto que as engenharias são basicamente masculinas.

Quadro 7. Idade, ano de início do trabalho acadêmico idade ao iniciar o trabalho acadêmico e renda do trabalho acadêmico, por sexo.

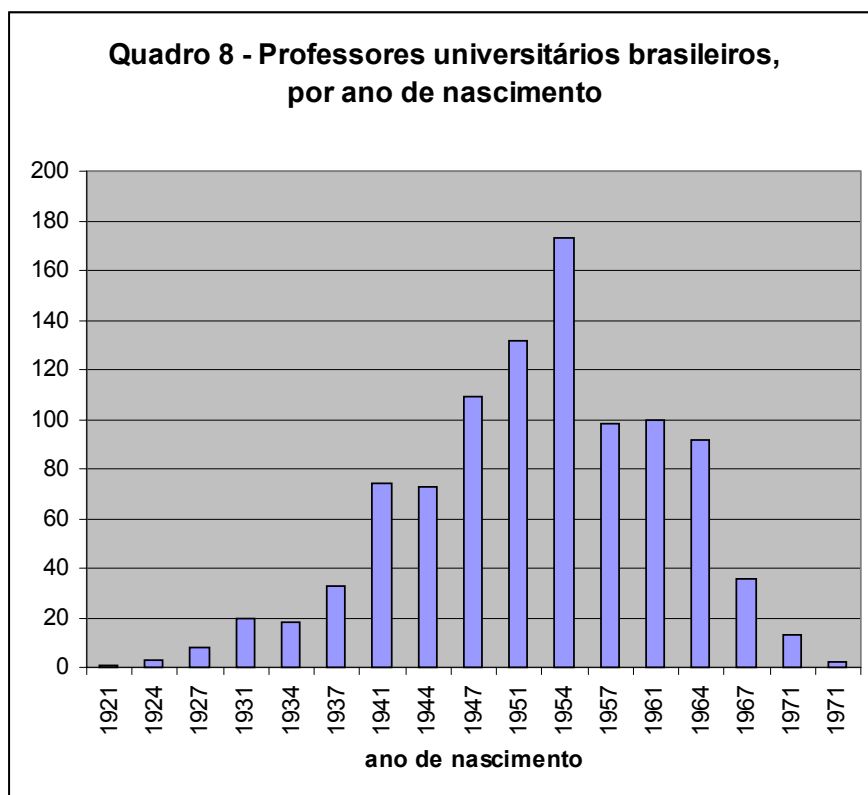
		Média	Desvio Padrão
Ano de Nascimento	mulheres	1950.7	8.9
	homens	1947.4	9.3
Ano de início do trabalho acadêmico	mulheres	1979.6	7.4
	homens	1977.6	8.8
Idade ao iniciar o trabalho acadêmico	mulheres	28.9	5.8
	homens	30.1	6.1
Renda (menos de US$ 10.000,00 anuais)	mulheres	67.9%	
	homens	47.0%	
Renda (mais de US$ 25.000,00 anuais)	mulheres	6.9%	
	homens	16.1%	

Todas estas indicações, e mais a predominância relativa de mulheres nas universidades federais e estaduais não-paulistas, sugerem a existência de um professorado feminino profissionalizado mas de qualificação média, concentrado nas humanidades e na educação, trabalhando em regime integral nas universidades públicas, relativamente ausentes tanto do extremo mais acadêmico (doutorados, posições funcionais de titular) quanto dos extremos menos profissionalizado (professores de tempo parcial, setor privado), e ganhando significativamente menos do que os homens.

A educação do pai é um indicador clássico de origem sócio-econômica das pessoas, e os dados mostram que as mulheres têm uma origem ligeiramente mais elevada do que os homens (36,2% com pais de educação superior para as mulheres, contra 33,0% para os homens). Em seu conjunto, os dados parecem sugerir que a profissionalização em tempo integral ou parcial é uma alternativa preferida para pessoas de origem social menos elevada, principalmente fora dos grandes centros de Rio de São Paulo. Existe uma relação positiva e clara entre educação do pai e titulação, e também pela escolha de especialização tecnológica, em contraposição com as áreas básicas, aonde a presença de pessoas oriundas de famílias menos educadas é maior.

5 Padrões de carreira

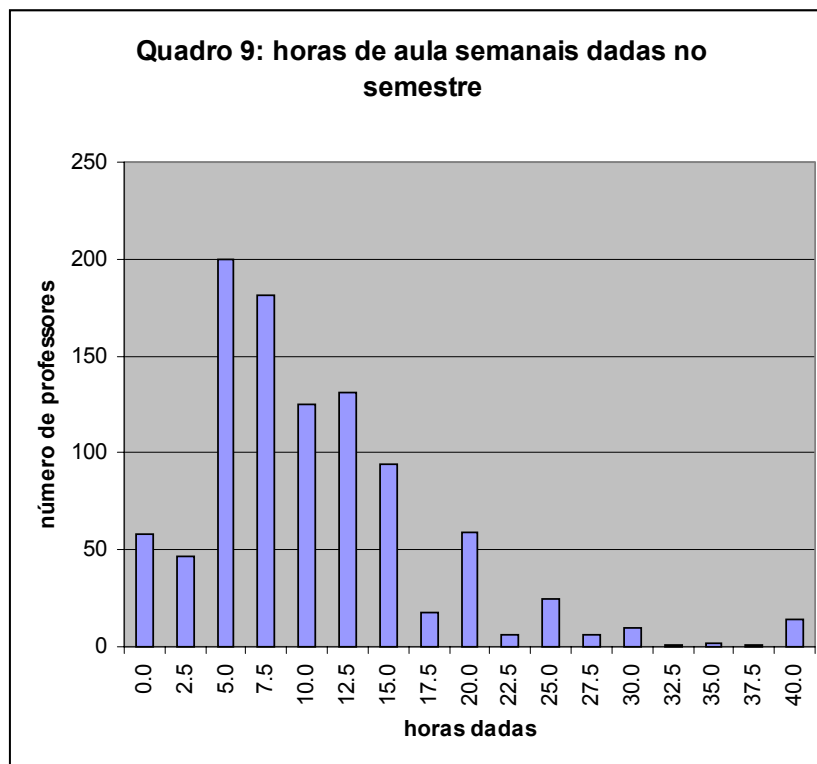
Os dados sobre ano de nascimento, anos de dedicação ao trabalho acadêmico e ao trabalho não acadêmico e renda permitem examinar em algum detalhe os padrões de carreira dos professores universitários brasileiros.

O gráfico do quadro 8 e as tabelas VI e VII dão uma primeira idéia do que passou com o ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas. Metade dos professores universitários começou o trabalho acadêmico em 1978 ou antes, tendo nascido antes de 1949. O número de ingressantes da geração posterior a 1950 é muito menor, revelando a perda de dinamismo da expansão do ensino superior brasileiro que ocorreu durante a década de 80, e que teve duração efêmera, de não mais de 10 anos.

Os professores da universidade paulista e das universidades federais são alguns anos mais velhos, e começaram suas carreiras um pouco mais jovens dos que os das universidades estaduais e privadas. Como é natural, existe uma relação entre titulação, posição funcional e idade. "Titulação" se refere ao grau acadêmico mais

elevado obtido pelo professor, e existe uma certa superposição entre "título" e "posição funcional", já que os postos mais elevados da carreira universitária significam uma presunção de avaliação pública e reconhecimento de mérito. Em nossa pesquisa, um pequeno grupo de professores deu seu título mais alto como de "professor adjunto" ou "titular", e em muitos casos pode-se presumir que estas posições foram alcançadas sem a obtenção prévia de um doutorado. Este grupo é significativamente mais velho do que os demais, tendo nascido em média antes de 1940, e ingressado na carreira acadêmica antes das reformas de 1968 e 1969. Existem também diferenças nítidas por áreas de conhecimento: as áreas sociais, as humanidades e a área de saúde são mais antigas do que as ciências básicas e, sobretudo, do que a área de engenharia e tecnologia.

As tabelas VI e VII mostram também a proporção de professores que se dedica a outros trabalhos que não o acadêmico. No total, quase 80% dos professores trabalhou alguma vez fora da universidade, durante um período médio de 9,77 anos, em contraste com 13,79 anos dedicados à carreira universitária. A percentagem de professores que sempre trabalhou em universidades é maior na universidade paulista e nas universidades federais - cerca de 25% nos dois casos - e mais acentuada entre os professores com doutorado (cerca de 30%) e na área da saúde (cerca de 32%). A proporção entre os anos de trabalho acadêmico e não acadêmico está expressa na última coluna das tabelas VI e VII. Exceto para algumas poucas categorias (os professores da universidade paulista, os professores adjuntos e associados, os doutores, os profissionais da saúde), a atividade não acadêmica tende a superar, em anos, a dedicação à vida universitária. Estes dados podem refletir experiências passadas, trabalhos tidos antes de iniciarem a atividade universitária, e outras situações. De qualquer forma, eles expressam o fato de que a vida universitária só é uma atividade exclusiva para poucos.

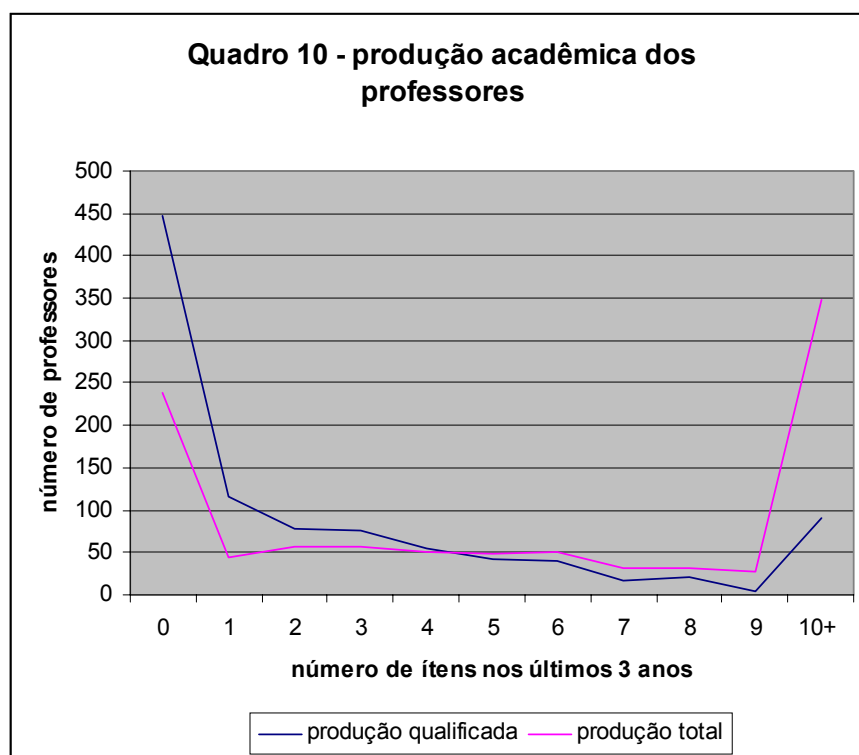
Finalmente, as tabelas VIII e IX permitem examinar o rendimento anual dos professores universitários com seu trabalho acadêmico. Cerca de 50% do total ganha mais do que 10 mil dólares anuais, o que significa, em termos de América Latina, um nível bastante razoável de profissionalização, e salários competitivos com outras atividades de classe média. Os níveis salariais mais altos são dos professores de titulação mais alta, e dedicação parcial ao trabalho universitário, e do Estado de São Paulo - presumivelmente profissionais liberais ocupando posições de prestígio em suas carreiras. O típico professor doutor em dedicação exclusiva se situa na faixa de rendimentos entre 10 e 25 mil dólares, enquanto que os de nível de mestrado se situam na faixa anterior. As universidades estaduais não paulistas e as privadas são

as que pagam salários mais baixos, o que está associado, evidentemente, ao número relativamente pequeno de professores em tempo integral nestas instituições.

6 O trabalho acadêmico: o ensino.

A generalização do regime de tempo integral nas universidades públicas tem como justificativa a idéia de que os professores devem não somente transmitir conhecimentos em sala de aula, mas produzí-los, como trabalho de pesquisa, e difundi-los como trabalho de extensão.

O quadro 9 e as tabelas X e XI nos dão alguma indicação do envolvimento dos professores com a atividade de ensino. Metade dos professores declaram dar oito ou menos horas de aula semanais; a média, no entanto, é de 10,42 horas, graças a um pequeno número com número excessivo de aulas. Se supomos que a cada aula dada corresponde outra de preparação, e se somamos a isto o tempo gasto com orientação individual aos alunos, chegamos a uma média de cerca de 25 horas semanais

dedicadas às atividades de ensino, restando outras 15, presumivelmente, para a pesquisa e extensão.

A distribuição da carga didática é inversamente proporcional à qualificação acadêmica dos professores, e também ao regime de trabalho (os horistas ensinam significativamente mais do que os professores de tempo integral). Já o tempo gasto em orientação individual a alunos, uma característica do ensino de pós-graduação, segue um padrão inverso. Não existem diferenças importantes por região geográfica, ou área de conhecimento.

7 A pesquisa

A situação da pesquisa pode ser apreciada em termos gerais pelo quadro 10 e tabelas XII a XIV. Mais da metade dos professores informa que seus contratos de trabalho requerem a realização de pesquisas, uma percentagem que chega a 91% para a universidade paulista e 65% para as universidades federais. Ela é bastante alta também para os professores com doutorado (80,2%) e os da área de pesquisa básica

em física e biologia (67,8%). No outro extremo, só 13,7% dos professores horistas, e 22,9% dos que trabalham em instituições privadas, se consideram na obrigação de desenvolver pesquisa em suas instituições. Em termos regionais, é interessante verificar que São Paulo e Rio de Janeiro ocupam extremos opostos, com uma diferença de quase 10 pontos percentuais.

A percentagem de professores em cada categoria que afirma estar envolvido em alguma atividade de pesquisa tende a ser maior do que a dos submetidos, simplesmente, a obrigações contratuais. Em parte, isto se explica pelo fato de que muitos professores entrevistados em instituições privadas e sem atividade de pesquisa trabalham também em outras instituições, e desenvolvem suas pesquisas nestes outros ambientes. O padrão é idêntico ao da questão anterior, o valor maior encontrado entre os professores com doutorado (91,6% afirmam estar envolvido em alguma atividade de pesquisa).

As demais colunas das tabelas XIII e XIV permitem entender algo mais sobre esta atividade de pesquisa. Ainda que 63,8% dos professores digam estar pesquisando, somente a metade, 31,5%, obteve algum financiamento nos últimos três anos. São os doutores, e os professores em tempo integral, que têm maior facilidade em conseguir recursos para a pesquisa; e a maior distância entre a declaração de fazer pesquisa e obter financiamento é encontrada entre professores das universidades federais, por um lado, e mestres, por outro.

Em termos de produção, o quadro 10 e a tabela XII apresentam os dados quantitativos disponíveis, distribuídos depois ao longo das categorias das tabelas XIII e XIV. Dentre os diferentes produtos selecionamos aqueles que são, normalmente, considerados como produção acadêmica propriamente dita (que denominamos de "produtos qualificados", e os tratamos de forma separada do conjunto total. De uma maneira geral, chama a atenção a pequena quantidade de produtos. Do total, 54,% não publicou nem um artigo científico ou acadêmico nos últimos 3 anos, enquanto que outros 10,8% publicaram um; e só 12% declararam ter produzido um ou mais livros científicos no período. A atividade maior é a de produção de trabalhos para seminários e congressos acadêmicos, da qual 44% dos professores não participam. A consideração de todos os produtos listados nos questionários reduz a percentagem de "inativos" para cerca de 25%, mas revela, também, que uma boa parte da atividade consiste em participar de congressos e outros rituais acadêmicos, sem resultados mais significativos.

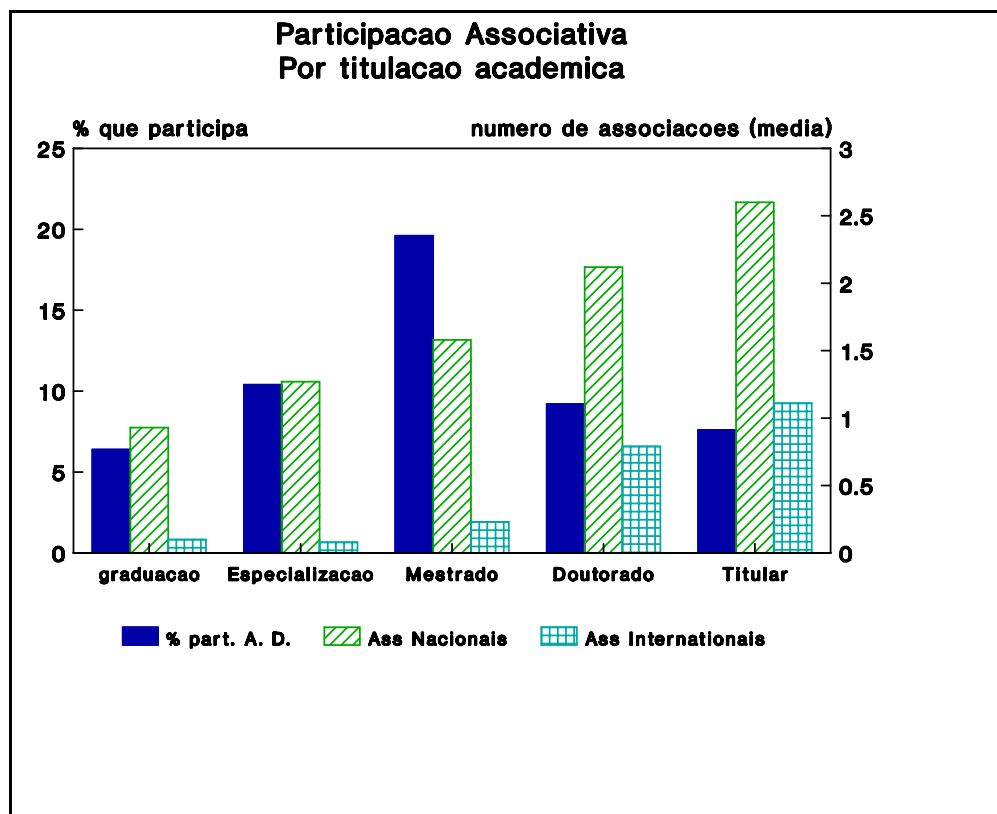
A distribuição dos produtos acadêmicos por instituição mostra uma posição claramente diferenciada da universidade paulista (82,2% dos professores com

alguma produção qualificada). Em termos de titulação, os doutores apresentam o nível de produção qualificada mais alta (83,7%). Ainda que os professores de regime de tempo integral produzam mais do que o dobro dos demais, a percentagem de 44,6% que este grupo apresenta é muito baixa, quando comparada com os doutores por exemplo. Este dado confirma a noção de que, apesar das definições legais, o regime de tempo integral nem sempre inclui um conteúdo de pesquisa efetivo.

8 Extensão

A principal questão existente no questionário sobre extensão está vazada em termos de "prestação de serviços', com as respostas catalogadas em 4 usuários - empresas ou indústrias, instituições educacionais, governo e outras entidades. No passado, o termo "extensão" vinha muitas vezes associado ao desempenho de atividades beneficientes, em favor de grupos sociais necessitados. A expressão "prestação de serviços" procura abranger todos os tipos de atividades exercidas pelas universidades, ou seus professores, em atendimento a pessoas e instituições externas.

Os resultados principais estão apresentados nas tabelas XV e XVI. Cerca de 77,2% dos professores reportam algum tipo de atividade de extensão, sendo o maior beneficiário as instituições governamentais brasileiras, com 43% (o total é superior a 100%, por haverem respostas múltiplas). A universidade paulista é a que apresenta uma percentagem maior de professores envolvidos em prestação de serviços, e as universidades federais o menor, ainda que permanecendo bastante alta (88,7% contra 73,2%). As universidades públicas são as que mais prestam serviços para o governo, e as privadas as que mais prestam serviço a empresas. Pelas áreas de conhecimento, os níveis mais altos de prestação de serviços é o das profissões de saúde, em atividades voltadas principalmente para instituições governamentais; enquanto que os professores da área de engenharia se especializam, como seria de se esperar, na prestação de serviços para empresas ou indústrias. Em termos de carreira, os professores mais titulados são os que mais se envolvem em atividades de extensão, e o regime de trabalho não parece fazer maior diferença, apesar dos contratos de dedicação exclusiva.

9 Participação associativa

Se as profissões são mais do que um agregado de pessoas, isto deveria se refletir em uma participação ativa das pessoas em atividades associativas, que de alguma forma possam expressar esta identidade profissional comum. O gráfico do quadro 9 apresenta um dos principais dados das tabelas XVII e XVIII, que mostra a percentagem de professores que se envolvem ativamente com associações e sindicatos docentes, e o número médio de associações acadêmicas e profissionais, nacionais e internacionais, a que pertencem.

O que o gráfico mostra é que existem duas formas bastante distintas de participação profissional, a de tipo sindical e a de tipo propriamente acadêmico. A participação profissional é mais acentuada entre pessoas de qualificação média, que trabalham em regime de tempo integral em universidades públicas; enquanto que a participação acadêmica está fortemente associada com a titulação dos professores. Existe também um forte componente regional na participação sindical, com números significativamente altos na Bahia e no Rio de Janeiro, e muito mais reduzidos em

São Paulo e em Minas Gerais, cujo sentido teria que ser explorado em maior profundidade.

10 Conclusão: a profissionalização imperfeita

Em seu conjunto, os dados confirmam a existência de três grupos bem distintos de professores universitários brasileiros, com graus diferentes de profissionalização, e conseqüências também distintas deste processo. Nas instituições privadas e estaduais fora de São Paulo predomina o grupo dos professores em tempo parcial, sem estabilidade, com baixa especialização acadêmica, dando um grande número de aulas, e prestando serviços ao setor privado. Nas instituições públicas federais predominam os professores de qualificação média, estáveis, de tempo integral, com grande envolvimento com atividade sindicais, e produção científica relativamente pequena. O terceiro grupo, mais frequente na universidade paulista, mas também presente em outras instituições, é formado pelo professor mais qualificado, envolvido em pesquisas com financiamento próprio, com pouca participação sindical e grande envolvimento com associações acadêmicas no país e no exterior.

O terceiro destes grupos corresponde ao que se poderia considerar o "modelo" da profissão acadêmica, em comparação com os quais os outros não seriam senão aproximações imperfeitas, a serem gradualmente corrigidas. O problema, no entanto, é que este terceiro grupo só inclui uma parte pequena do professorado, em algumas poucas instituições, e não parece realista esperar que todos os demais professores evoluam nesta direção, seja pelo enrijecimento das instituições públicas, com a estabilidade unanimemente assegurada, seja pelo alto custo que significaria a generalização do tempo integral e da formação em nível de doutorado para todo o sistema.

O mais razoável é supor que a profissão acadêmica no sentido estrito vai continuar limitada a um setor pequeno e diferenciado, e examinar as alternativas de profissionalização que poderiam ser pensadas para os demais. A atual situação de "profissionalização imperfeita" acaba gerando um grande número de distorções e frustrações, que vão das tentativas frustradas de manter uma atividade de pesquisa que não se materializa ao insulamento a que, de fato, muitos dos professores universitários são levados, ao perderem os vínculos com as profissões de origem, sem conseguirem efetivamente se incorporarem à nova. O "proletariado acadêmico" formado pelos professores horistas do sistema privado tampouco tem perspectivas claras de profissionalização, e haveria que pensar se caberia, de fato, esperar que esta profissionalização se desse neste setor.